

Sanção Aplicada - CEIS

Data da consulta: 19/10/2022 15:53:16
Data da última atualização: 19/10/2022 12:00:05
Quantidade de sanções encontradas: 2

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

ARGOS LTDA - 42.262.411/0001-03
CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA

**Nome informado pelo
Órgão sancionador**

ARGOS LTDA

Nome Fantasia

SEM INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção

IMPEDIMENTO - LEI DO
PREGÃO

Fundamentação legal

ART. 7, LEI 10520/2002

Descrição da fundamentação legal

QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 40 DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

Data de início da sanção

20/01/2022

Data de fim da sanção

20/01/2023

**Data de publicação da
sanção**

20/01/2022

Publicação

DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO SEÇÃO 001
PAGINA 1

**Detalhamento do meio
de publicação**

**Data do trânsito em
julgado**

20/01/2022

Número do processo

2021/12515-8257

**Abrangência definida em
decisão judicial**

NA ESFERA E NO
PODER DO ÓRGÃO
SANCIONADOR

Observações

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome

PREFEITURA
MUNICIPAL DE

**Complemento do órgão
sancionador**

**UF do órgão
sancionador**

RS

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade	Endereço	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA (RS)	PRAÇA EMANCIPAÇÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 95180-000 - FARROUPILHA/RS	
Contatos da origem da informação	E-mail	Data de registro no sistema
(54) 3261-6912	LICITACOES@FARROUPILHA.RS.GOV.BR;MICHELLE@FARROUPILHA.RS.GOV.BR;	20/01/2022

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção	Fundamentação legal	Descrição da fundamentação legal	
IMPEDIMENTO - LEI DO PREGÃO	ART. 7, LEI 10520/2002	QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 40 DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.	
Data de início da sanção	Data de fim da sanção		
19/07/2022	18/11/2022		
Data de publicação da sanção	Publicação	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado
**	SEM INFORMAÇÃO		**
Número do processo	Abrangência definida em decisão judicial	Observações	
PAAR Nº 0016/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/2021	NA ESFERA E NO PODER DO ÓRGÃO SANCIONADOR	NÃO MANUTENÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO, CARACTERIZADA PELO PEDIDO DE DESISTÊNCIA PARA O ITEM 6 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/2021	

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
-------------	---	--------------------------------

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade	Endereço	
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	AV RIO GRANDE DO SUL, 1280, JOÃO PESSOA/PB - CEP: 58.030-021	
Contatos da origem da informação	E-mail	Data de registro no sistema
(83) 3211 7116	ACARTAXO@CGE.PB.G OV.BR;GMARTINS@CGE .PB.GOV.BR;LETACIOJR @CGE.PB.GOV.BR;VALE RIAR@CGE.PB.GOV.BR;	26/07/2022

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.